

**PROCESSOS DE TRABALHO E SAÚDE MENTAL DOS AGENTES
COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

**WORK PROCESSES AND MENTAL HEALTH OF COMMUNITY HEALTH
WORKERS: AN INTEGRATIVE REVIEW**

**PROCESOS DE TRABAJO Y SALUD MENTAL DE LOS AGENTES
COMUNITARIOS DE SALUD: UNA REVISIÓN INTEGRATIVA**

Maria Lara Rodrigues de França

Psicóloga, Residente em Saúde da Família pela Universidade Estadual do
Piauí (UESPI), Brasil

E-mail: marialara.psi@gmail.com

Ângela Sousa de Carvalho

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará
(UFC),

Preceptora do Programa de Residência Multiprofissional em
Saúde da Família pela

Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Brasil

E-mail: angelasousa@ccs.uespi.br

Andréa Conceição Gomes Lima

Docente da Universidade Estadual do Piauí (UESPI),
Coordenadora no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família pela
Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Brasil

Email: andreaconceicao@ccs.uespi.br

Michelle Vicente Torres

Docente da Universidade Estadual do Piauí,
Tutora no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família pela
Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Brasil

Email: michellevicente@ccs.uespi.br

Abimael de Carvalho

Fisioterapeuta, Residente em Saúde da Família pela Universidade Estadual do
Piauí (UESPI), Brasil

E-mail: abimaeldecarvalho123@gmail.com

Resumo

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e têm como papel central a organização do cuidado na Rede de Atenção à Saúde. Nesse cenário, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) assumem função estratégica ao atuarem como ponte entre os serviços de saúde e a comunidade, fortalecendo o acesso, o vínculo e a integralidade da atenção. Essa atuação ocorre em territórios frequentemente marcados por vulnerabilidades sociais, o que intensifica os riscos à saúde mental desses trabalhadores. Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo identificar, na literatura científica, os impactos dos processos de trabalho e suas implicações para a saúde mental dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados Scielo, Lilacs, Medline e Portal de Periódicos da CAPES. As buscas ocorreram entre setembro e novembro de 2025, utilizando os descritores "Agente Comunitário de Saúde", "Saúde Mental" e "Atenção Primária à Saúde", combinados entre si, bem como seus correspondentes em inglês. Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2025, nos idiomas português e inglês. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, 13 estudos compuseram a amostra. Os estudos analisados evidenciaram associação entre o adoecimento mental e os processos de trabalho na APS, manifestados por transtornos mentais comuns, estresse ocupacional, ansiedade, depressão e síndrome de burnout. Entre os principais fatores associados, destacam-se a sobrecarga de trabalho, precarização das condições de trabalho, baixa valorização profissional, insatisfação salarial, exposição à violência nos territórios e a fragilidade do suporte institucional. Estudos com recortes de gênero indicaram maior vulnerabilidade das mulheres ao sofrimento psíquico. Esses fatores apresentaram maior impacto no contexto da pandemia de COVID-19, com persistência de indicadores de sofrimento psíquico no período pós-pandêmico. Conclui-se que os processos de trabalho na APS impactam significativamente a saúde mental dos ACS, evidenciando o adoecimento como resultado de determinantes organizacionais e estruturais do trabalho.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Saúde Mental; Agentes Comunitários de Saúde.

Abstract

Primary Health Care (PHC) is the main gateway to the Unified Health System (SUS) and its central role is the organization of care in the Health Care Network. In this scenario, Community Health Agents (CHA) assume a strategic role by acting as a bridge between health services and the community, strengthening access, bonding, and comprehensiveness of care. This action takes place in territories often marked by social vulnerabilities, which intensifies the risks to the mental health of these workers. In view of this scenario, the present study aimed to identify, in scientific literature, the impacts of work processes and their implications for the mental health of Community Health Agents (CHA). This is an integrative literature review, carried out in the Scielo, Lilacs, Medline and CAPES Journal Portal databases. The searches took place between September and November 2025, using the descriptors "Community Health Agent", "Mental Health" and "Primary Health Care", combined with each other, as well as their English counterparts. Articles published between 2015 and 2025, in Portuguese and English, were included. After applying the eligibility criteria, 13 studies made up the sample. The studies analyzed showed an association between mental illness and work processes in PHC, manifested by common mental disorders, occupational stress, anxiety, depression, and burnout syndrome. Among the main associated factors, work overload, precarious working conditions, low professional appreciation, salary dissatisfaction, exposure to violence in the territories and the fragility of institutional support stood out. Studies with gender perspectives have indicated greater vulnerability of women to psychological distress. These factors had a greater impact in the context of the COVID-19 pandemic, with the persistence of indicators of psychological distress in the post-pandemic period. It is concluded that the work processes in PHC significantly impact the mental health of the CHAs, evidencing illness as a result of organizational and structural determinants of work.

Keywords: Primary Health Care; Mental Health; Community Health Workers.

Resumen

La Atención Primaria de Salud (PHC) es la principal puerta de entrada al Sistema Unificado de Salud (SUS) y su papel central es la organización de la atención en la Red de Atención Sanitaria. En este escenario, los Agentes de Salud Comunitaria (CHA) asumen un papel estratégico actuando como puente entre los servicios de salud y la comunidad, fortaleciendo el acceso, la vinculación y la integralidad de la atención. Esta acción tiene lugar en territorios a menudo marcados por vulnerabilidades sociales, lo que intensifica los riesgos para la salud mental de estos trabajadores. En vista de este escenario, el presente estudio pretendía identificar, en la literatura científica, los impactos de los procesos de trabajo y sus implicaciones para la salud mental de los Agentes de Salud Comunitaria (CHA). Esta es una revisión integrativa de la literatura, realizada en las bases de datos del portal de revistas Scielo, Lilacs, Medline y CAPES. Las búsquedas se realizaron entre septiembre y noviembre de 2025, utilizando los descriptores "Agente de Salud Comunitaria", "Salud Mental" y "Atención Primaria de Salud", combinados entre sí, así como con sus homólogos en inglés. Se incluyeron artículos publicados entre 2015 y 2025, en portugués e inglés. Tras aplicar los criterios de elegibilidad, la muestra completó 13 estudios. Los estudios analizados mostraron una asociación entre la enfermedad mental y los procesos laborales en la PHC, manifestada por trastornos mentales comunes, estrés laboral, ansiedad, depresión y síndrome de agotamiento. Entre los principales factores asociados destacan la sobrecarga de trabajo, las condiciones precarias de trabajo, la baja apreciación profesional, la insatisfacción salarial, la exposición a la violencia en los territorios y la fragilidad del apoyo institucional. Estudios con perspectivas de género han indicado una mayor vulnerabilidad de las mujeres al malestar psicológico. Estos factores tuvieron un mayor impacto en el contexto de la pandemia de COVID-19, con la persistencia de indicadores de malestar psicológico en el periodo posterior a la pandemia. Se concluye que los procesos de trabajo en PHC impactan significativamente en la salud mental de los CHAs, evidenciando enfermedades como resultado de determinantes organizativos y estructurales del trabajo.

Palabras clave: Atención primaria de salud; Salud mental; Trabajadores comunitarios de salud.

1. Introdução

A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e desempenha papel fundamental na organização das ações de cuidado no território, articulando estratégias de promoção da saúde, prevenção de agravos e continuidade do acompanhamento das populações adscritas (Brasil, 2017).

Nesse contexto, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) ocupam posição estratégica na estrutura da APS, atuando como mediadores entre os serviços de saúde e a comunidade, favorecendo o acesso da população aos serviços e contribuindo para o fortalecimento do vínculo entre usuários e equipes de saúde (Brasil, 2009).

A singularidade do trabalho desempenhado pelos ACS está diretamente

relacionada à sua inserção territorial e à proximidade com as comunidades em que atuam. Em grande parte dos contextos, esses territórios são marcados por condições de vulnerabilidade social, desigualdades estruturais e exposição a diferentes formas de violência.

Além disso, muitos desses trabalhadores residem nas mesmas áreas em que desenvolvem suas atividades profissionais, o que produz uma sobreposição entre os papéis de morador, trabalhador e usuário dos serviços de saúde. Essa condição tende a fragilizar as fronteiras entre vida pessoal e trabalho, ampliando as exigências emocionais e a exposição a riscos psicossociais no cotidiano laboral (Santos; Souza; Freitas, 2019).

No campo da saúde do trabalhador, reconhece-se que a organização do trabalho exerce influência significativa sobre a saúde mental dos indivíduos. Condições caracterizadas por elevada carga de trabalho, baixa autonomia, precarização das condições laborais e ausência de reconhecimento institucional podem produzir sofrimento psíquico e desgaste emocional. Nesse sentido, a saúde mental não deve ser compreendida apenas como uma dimensão individual, mas como resultado das relações estabelecidas entre trabalho, subjetividade e condições sociais de produção (Dejours, 2015).

A preocupação com a saúde do trabalhador encontra respaldo na legislação brasileira, especialmente na Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/1990, que estabelece como responsabilidade do Estado promover, proteger e recuperar a saúde dos trabalhadores, considerando os riscos decorrentes dos processos produtivos (Brasil, 1990). Posteriormente, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora incorporou de forma mais explícita a saúde mental como dimensão fundamental do cuidado voltado aos trabalhadores (Brasil, 2012).

Em âmbito internacional, a Organização Mundial da Saúde (OMS) também tem reforçado a necessidade de políticas institucionais que protegem trabalhadores expostos a cargas físicas, emocionais e sociais decorrentes do trabalho (OMS, 2022).

Esse cenário tornou-se ainda mais complexo durante a pandemia de COVID-19, que impôs importantes mudanças na organização dos serviços de saúde e intensificou

as demandas assistenciais na APS. A crise sanitária ampliou a exposição dos trabalhadores da saúde a situações de insegurança, medo e desgaste emocional, além de evidenciar fragilidades estruturais já presentes no mundo do trabalho em saúde, como precarização das condições laborais, intensificação das atividades e invisibilidade de determinadas categorias profissionais (Machado *et al.*, 2023).

Relatórios da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020) e do Ministério da Saúde (Brasil, 2024) indicam que os impactos da pandemia evidenciaram a necessidade de ampliar o debate sobre saúde mental no trabalho em saúde, especialmente entre trabalhadores inseridos na Atenção Primária. Apesar dessa relevância, os estudos que investigam a relação entre os processos de trabalho e a saúde mental dos agentes comunitários de saúde encontram-se dispersos na literatura, utilizando diferentes abordagens metodológicas e analíticas.

Diante desse contexto, torna-se necessário sistematizar as evidências científicas sobre os impactos dos processos de trabalho na saúde mental dos agentes comunitários de saúde. Assim, este estudo buscou identificar, na literatura científica, as implicações desses processos para a saúde mental desses trabalhadores na Atenção Primária.

2. Metodologia

O presente estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura. Esse tipo de revisão permite reunir, analisar e sintetizar resultados provenientes de diferentes delineamentos metodológicos, contribuindo para a construção de um panorama abrangente do conhecimento científico disponível sobre determinado fenômeno (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

A condução da revisão seguiu as etapas metodológicas propostas por Sousa, Silva e Carvalho (2010), que incluem: definição da questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; busca sistematizada na literatura; seleção dos estudos; avaliação crítica das evidências; análise e síntese dos resultados.

Para formulação da questão norteadora utilizou-se a estratégia PICO, que

contempla os elementos População ou Problema (P), Interesse (I) e Contexto (Co). Nesse sentido, considerou-se como população os agentes comunitários de saúde, como fenômeno de interesse os impactos dos processos de trabalho sobre a saúde mental, e como contexto a Atenção Primária à Saúde.

As buscas ocorreram entre setembro e novembro de 2025. As pesquisas foram realizadas nas bases e bancos de dados *Scientific Electronic Library Online* - Scielo, Portal de Periódicos da CAPES e nas bases Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde - Lilacs e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* - Medline (via Biblioteca Virtual em Saúde).

A busca bibliográfica foi realizada entre setembro e novembro de 2025 nas seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e Portal de Periódicos da CAPES. Foram utilizados os descritores controlados provenientes do DeCS/MeSH: “Agente Comunitário de Saúde”, “Saúde Mental” e “Atenção Primária à Saúde”, combinados por meio do operador booleano AND. Também foram utilizadas as correspondentes versões em inglês: “*Community Health Workers*”, “*Mental Health*” e “*Primary Health Care*”.

A estratégia de busca seguiu a seguinte estrutura básica: (“Agente comunitário de saúde” OR “*Community health workers*”) AND (“Saúde mental” OR “*Mental health*”) AND (“Atenção primária à saúde” OR “*Primary health care*”).

Foram considerados elegíveis estudos publicados entre 2015 e 2025, disponíveis na íntegra, nos idiomas português ou inglês, que abordassem a relação entre processos de trabalho e saúde mental de agentes comunitários de saúde. Foram incluídos estudos quantitativos, qualitativos, multicêntricos, longitudinais e pesquisas com abordagem mista. Por sua vez, foram excluídos artigos que não apresentavam relação direta com o objetivo da revisão, estudos de diagnóstico clínico, revisões de literatura, relatos de caso, guias de prática clínica, dissertações e teses, além de estudos não disponíveis na íntegra após tentativa de acesso.

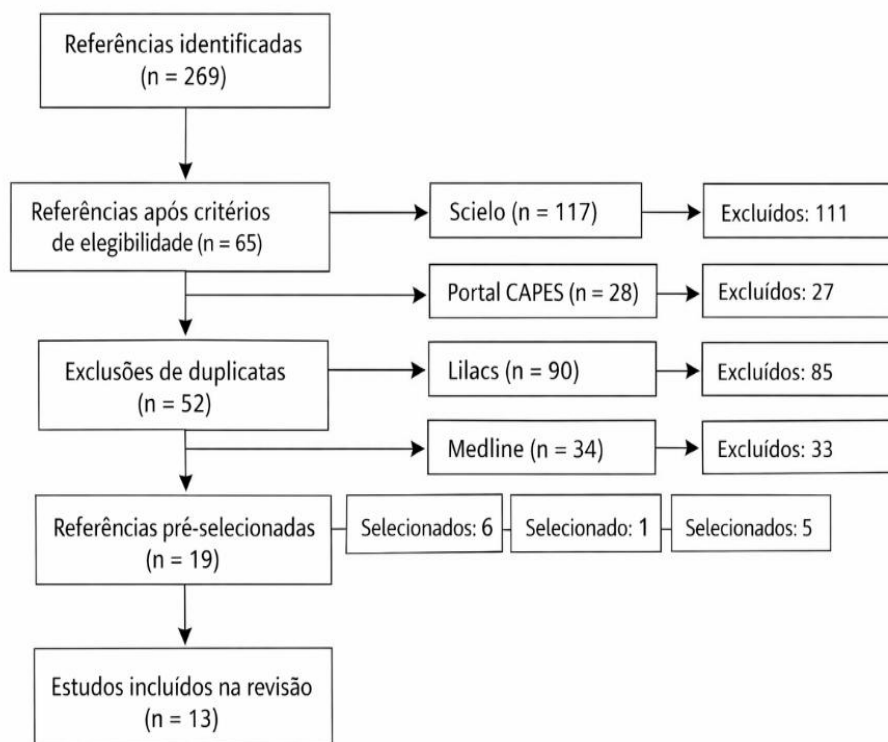
A seleção dos estudos foi realizada por dois revisores independentes, por meio da leitura dos títulos e resumos e, posteriormente, dos textos completos. Divergências entre

os avaliadores foram discutidas até o estabelecimento de consenso. O processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos foi organizado de acordo com as recomendações do protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*).

Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, os dados dos estudos selecionados foram extraídos por meio de instrumento padronizado contendo informações sobre autores, ano de publicação, objetivo, delineamento metodológico, amostra e principais resultados. Também foi realizada avaliação da qualidade metodológica dos estudos, utilizando critérios inspirados no CASP para pesquisas qualitativas e parâmetros de validade e clareza metodológica para estudos observacionais, contribuindo para qualificar a interpretação dos achados.

3. Resultados e discussão

Inicialmente, foram identificadas 269 referências bibliográficas. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, esse número foi reduzido para 65. Em seguida, procedeu-se à eliminação de artigos duplicados e leitura de títulos e resumos, resultando em 19 estudos que foram pré-selecionados. Após a leitura na íntegra e análise descritiva desses estudos, 13 foram selecionados para compor a presente revisão. O processo de identificação, seleção e inclusão dos estudos está representado na Figura 1.



Fonte: dados da pesquisa (2025).

A busca bibliográfica resultou inicialmente em 269 registros. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, esse número foi reduzido para 65 publicações. Posteriormente, foram removidos os estudos duplicados e realizada a leitura dos títulos e resumos, etapa que resultou na pré-seleção de 19 artigos. Após a leitura na íntegra e avaliação da pertinência ao objetivo da revisão, 13 estudos compuseram a amostra final desta investigação.

A amostra final incluiu estudos publicados entre 2016 e 2025, com maior concentração nos anos de 2022 e 2023, evidenciando o crescimento recente da produção científica sobre saúde mental de agentes comunitários de saúde. Observou-se predominância de publicações em língua portuguesa, refletindo a centralidade do tema no contexto brasileiro. Em relação às bases de dados, verificou-se maior número de estudos indexados na SciELO e na LILACS, seguidos pela MEDLINE e pelo Portal de Periódicos da CAPES.

Os anos de 2016, 2017 e 2018 apresentaram uma publicação cada, indicando produção científica contínua ao longo da última década. Quanto ao idioma, quatro estudos foram publicados em língua inglesa, enquanto a maioria, correspondente a 9 estudos, foi publicada em língua portuguesa.

No que se refere aos delineamentos metodológicos, foram identificados estudos transversais quantitativos, investigações qualitativas, pesquisas multicêntricas, estudos longitudinais e abordagens mistas. No conjunto das investigações analisadas, participaram mais de 8.400 agentes comunitários de saúde, com tamanhos amostrais variando de sete a 1.944 participantes. A diversidade metodológica dos estudos permitiu explorar diferentes dimensões do fenômeno investigado, abrangendo tanto estimativas de prevalência de sofrimento psíquico quanto experiências subjetivas relacionadas às condições de trabalho.

No que se refere à amostra, os estudos analisados envolveram um total superior a 8.400 agentes comunitários de saúde, com tamanhos amostrais variando de sete a 1.944 participantes. Destacam-se os estudos multicêntricos realizados no Nordeste brasileiro, que concentraram as maiores amostras.

A análise dos achados possibilitou a organização da síntese em quatro categorias analíticas: fatores organizacionais do trabalho; fatores territoriais e sociais; impactos psicossociais e adoecimento mental; e suporte institucional e estratégias de proteção à saúde mental. Nesse sentido, a tabela 1 apresenta as principais características dos estudos selecionados nas bases.

Tabela 1: principais características dos estudos selecionados nas bases Scielo, BVS/Lilacs, BVS/MedLine e Portal de Periódicos da CAPES.

Título	Autor/ ano	Objetivo	Base de dados	Tipo de estudo/ amostra	Principais resultados
--------	---------------	----------	---------------------	-------------------------------	--------------------------

Saúde mental de agentes comunitários de saúde no contexto da COVID-19	Vieira-Meyer <i>et al.</i> , 2023.	Analisar os fatores relacionados à saúde mental dos agentes comunitários de saúde (ACS) no contexto da COVID-19.	Scielo	Estudo multicêntrico e transversal realizado em capitais e municípios do interior do Nordeste brasileiro, com 1.935 agentes comunitários de saúde selecionados de uma população de 7.909 profissionais.	Elevada prevalência de transtornos mentais comuns, associados à violência no território, insegurança no trabalho e mudanças no processo laboral durante a pandemia.
Psychosocial, organizational, and health	Vieira-Meyer <i>et al.</i> , 2025.	Avaliar a violência percebida, o processo de trabalho, a saúde mental, a qualidade de vida e o suporte social de agentes comunitários de saúde no período trans e pós-pandemia de COVID-19.	Scielo	Estudo quantitativo, multicêntrico, em oito municípios da Região Nordeste do Brasil, nos anos de 2021 (n = 1.944 ACS) e 2023 (n = 1.915 ACS).	Persistência de sofrimento psíquico, impacto da violência comunitária no processo de trabalho e redução parcial da ansiedade relacionada à COVID-19.
Processo de trabalho de agentes comunitários e saúde mental: percepções de trabalhadores da saúde de um município do interior do Ceará	Costa <i>et al.</i> , 2022.	Compreender os fatores que geram sofrimento mental na rotina laboral dos agentes comunitários de saúde	Medline	Pesquisa qualitativa, com uso de entrevistas semiestruturadas realizadas entre o mês de agosto e setembro de 2020 com sete agentes comunitárias de saúde atuantes numa Unidade Básica de Saúde de Iguatu- Ceará.	O contexto laboral gera sofrimento psíquico devido às cobranças na microárea, sobrecarga de trabalho e ao fato de o ACS ser morador, trabalhador e usuário do mesmo território.

Community health workers: working conditions and occupational health	Ferreira <i>et al.</i> , 2021.	Analisar as implicações para o adoecimento decorrentes do processo de trabalho de agentes comunitários de saúde.	Lilacs	Estudo transversal, descritivo e quantitativo, realizado com agentes comunitários de saúde do município de Baixo, Ceará.	A alta exigência por resultados e a insuficiência de instrumentos de trabalho correlacionaram-se com cefaléia, dores corporais, lombalgia e distúrbios visuais.
Estresse ocupacional e sintomas osteomusculares em agentes comunitários de saúde	Suyama <i>et al.</i> , 2022.	Avaliar a presença de estresse ocupacional e sintomas osteomusculares em Agentes Comunitários de Saúde e comparar os níveis de estresse ocupacional, segundo as características sociodemográficas.	Lilacs	Estudo transversal realizado em 2017, em municípios do interior paulista, com 44 agentes comunitários de saúde.	Os resultados evidenciaram elevado estresse ocupacional entre os agentes comunitários de saúde, associado principalmente à baixa valorização profissional, deficiência de treinamentos, poucas perspectivas de crescimento, falta de autonomia, ordens contraditórias, sobrecarga de tarefas e tempo insuficiente para o trabalho, configurando importantes riscos psicossociais com impacto direto na

					saúde mental desses profissionais.
Burnout syndrome and job satisfaction in community health workers	Menguer <i>et al.</i> , 2023.	Avaliar a presença da síndrome de burnout e a satisfação no trabalho entre agentes comunitários de saúde de um município do sul de Santa Catarina.	Lilacs	Estudo analítico transversal, realizado em Unidades de Saúde da Família. As 66 participantes eram mulheres.	Os resultados indicam condições de trabalho globalmente satisfatórias para lidar com as demandas laborais; contudo, a insatisfação com o salário mostrou-se expressiva, podendo atuar como fator desmotivador e desencadeador de depressão relacionada ao trabalho.
Suporte em saúde mental às agentes comunitárias de saúde: o espaço protegido dos grupos interativos	Silva <i>et al.</i> , 2020.	Compreender as contribuições de um Grupo Interativo para o suporte em saúde mental às Agentes com vistas ao cuidado humanizado.	Lilacs	Estudo de caso clínico na perspectiva psicanalítica, de um Grupo Interativo com as Agentes.	Foram identificados estresse emocional, exaustão psíquica, conflitos interpessoais e relatos de ideação e tentativa de suicídio, indicando sofrimento mental significativo associado ao trabalho dos ACS.

<p>Cargas de trabalho do agente comunitário de saúde: pesquisa e assistência na perspectiva convergente-assistencial</p>	<p>Lopes <i>et al.</i>, 2018.</p>	<p>Conhecer a percepção dos Agentes Comunitários de Saúde acerca das cargas de trabalho presentes na sua dinâmica laboral e realizar prática assistencial relacionada às cargas de trabalho junto ao grupo.</p>	<p>Lilacs</p>	<p>Estudo qualitativo, realizado em duas unidades de atenção primária no Sul do Brasil, com 14 agentes comunitários de saúde, utilizando entrevistas e grupos focais, analisados pelo discurso do sujeito coletivo.</p>	<p>Os agentes comunitários de saúde vivenciam elevada carga física, cognitiva e psíquica, associada à precariedade estrutural, sobrecarga de trabalho, fragilidade das relações interpessoais e falta de reconhecimento.</p>
<p>Fatores psicossociais de estresse no trabalho de agentes comunitários de saúde no município de Parnaíba, Piauí</p>	<p>Bezerra; Lucca, 2016.</p>	<p>Compreender os fatores psicossociais desencadeantes de estresse relacionado ao trabalho dos ACSs que atuam nas UBS do município de Parnaíba (PI).</p>	<p>Portal de Periódicos da CAPES</p>	<p>Trata-se de estudo epidemiológico transversal, com abordagem combinada quanti-qualitativa.</p>	
<p>Working conditions and mental health of community health workers in the COVID-19 pandemic</p>	<p>Fernandes <i>et al.</i>, 2023.</p>	<p>Examinar a prevalência de ansiedade e depressão associadas às condições de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) no contexto da</p>	<p>Scielo</p>	<p>Trata-se de um estudo transversal realizado no norte de Minas Gerais, Brasil. Um total de 1.220 ACS de 36 municípios participaram do estudo.</p>	

		pandemia de COVID-19.			
Trabalho, saúde mental, qualidade de vida e suporte social de agentes comunitários de saúde durante e pós-pandemia de COVID-19 sob o recorte de gênero	Albuquerque <i>et al.</i> , 2025.	Avaliar a saúde mental, qualidade de vida, suporte social e atividades desenvolvidas por agentes comunitários de saúde (ACS) durante e após uma crise sanitária, sob o recorte de gênero.	Scielo	Estudo multicêntrico, quantitativo, longitudinal, realizado em oito cidades do Nordeste brasileiro, nos anos 2021 e 2023, com 705 ACS pareados por meio do <i>propensity score matching</i> , que responderam a questionários validados, analisados sob o recorte de gênero (masculino e feminino), tempo (durante e após a pandemia de COVID-19) e interação entre estes.	Entre 168 participantes, predominou o sexo feminino, com idade acima de 30 anos e longo tempo de atuação no SUS. Problemas de relacionamento, mudanças organizacionais e falta de reconhecimento estiveram associados a estresse, ansiedade e depressão. Observou-se influência do tempo e do gênero na violência, no suporte social e nas atividades, com maior desgaste físico e emocional entre mulheres.
Influência da organização do trabalho sobre a prevalência de transtornos mentais comuns dos agentes comunitários de saúde de Belo Horizonte	Alcântara ; Assunção , 2016.	Investigar associações entre a prevalência de transtornos mentais comuns e as condições de trabalho em uma	Scielo	Este estudo foi baseado nos dados de um inquérito epidemiológico que teve por objetivo identificar as dimensões que envolvem o trabalho e a saúde dos trabalhadores da saúde nos	A prevalência de transtornos mentais comuns de 26,5% foi associada à alta demanda psicológica, relato de agressões contra o

		amostra de ACS inseridos nos serviços de atenção básica de Belo Horizonte-MG.		diferentes níveis da atenção de Belo Horizonte (MG), em 2009. Selecionou-se uma amostra de 247 ACS de um universo de 1.495 trabalhadores	trabalhador e insatisfação com as relações pessoais.
Assédio moral: impacto sobre a saúde mental e o envolvimento com o trabalho em agentes comunitários de saúde.	Mesquita <i>et al.</i> , 2017.	Verificar a prevalência de assédio moral em um grupo de agentes comunitários de saúde, analisar o impacto do assédio sobre sua saúde mental e seu envolvimento com o trabalho.	Scielo	Participaram da pesquisa 121 agentes comunitários de saúde.	2,47% dos trabalhadores relataram assédio moral, associado significativamente ao sofrimento psíquico, sem relação com o envolvimento no trabalho. Embora a prevalência tenha sido menor que em outros estudos, observou-se prejuízo à saúde mental dos assediados.

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Fatores organizacionais do trabalho

Os estudos analisados convergem ao indicar que a organização do trabalho na Atenção Primária à Saúde constitui um dos principais determinantes do sofrimento psíquico entre agentes comunitários de saúde. As investigações apontam que a elevada demanda psicológica, a intensificação das tarefas, a ampliação das atribuições profissionais e a insuficiência de recursos institucionais configuram fatores estruturais

que impactam diretamente a saúde mental desses trabalhadores.

Diversos estudos identificaram associação entre condições de trabalho desfavoráveis e maior prevalência de transtornos mentais comuns, incluindo sintomas de ansiedade, depressão e estresse ocupacional. A sobrecarga de trabalho, frequentemente associada à ampliação das atividades sem o correspondente suporte institucional, foi destacada como elemento recorrente nos estudos analisados. Essas condições favorecem a exaustão física e emocional e contribuem para a intensificação do sofrimento psíquico no cotidiano laboral (Lopes *et al.*, 2018; Ferreira *et al.*, 2021; Suyama *et al.*, 2022).

Outro aspecto frequentemente mencionado refere-se à baixa autonomia no processo de trabalho e à presença de mecanismos de gestão baseados em metas e indicadores que nem sempre consideram as especificidades dos territórios atendidos. A imposição de demandas institucionais dissociadas da realidade local pode gerar conflitos entre as exigências da gestão e as necessidades concretas da população, ampliando a pressão psicológica sobre os trabalhadores (Alcântara; Assunção, 2016; Bezerra; Lucca, 2016).

Além disso, a baixa valorização profissional e a insatisfação salarial aparecem como fatores relevantes na produção do sofrimento mental. Mesmo em contextos em que as condições de trabalho são percebidas como relativamente satisfatórias, a percepção de reconhecimento institucional insuficiente pode atuar como elemento desmotivador e contribuir para o desenvolvimento de sintomas relacionados à síndrome de burnout (Menguer *et al.*, 2023).

Esses achados reforçam a compreensão, no campo da saúde do trabalhador, de que o sofrimento psíquico não pode ser interpretado exclusivamente como resultado de fragilidades individuais, mas como expressão das condições estruturais e organizacionais do trabalho em saúde.

Fatores territoriais e sociais

Outra dimensão central identificada na análise dos estudos refere-se ao papel

do território na produção do sofrimento psíquico dos agentes comunitários de saúde. Diferentemente de outras categorias profissionais da Atenção Primária, os ACS desenvolvem suas atividades diretamente nos espaços comunitários e frequentemente residem nas áreas em que atuam. Essa proximidade produz uma relação singular entre trabalho, vida cotidiana e vínculos comunitários.

Os estudos analisados indicam que muitos territórios de atuação são marcados por condições de vulnerabilidade social, desigualdade econômica e presença de violência. A exposição contínua a essas realidades pode produzir desgaste emocional significativo, sobretudo quando os trabalhadores se veem diante de demandas sociais complexas que extrapolam suas possibilidades institucionais de intervenção (Vieira-Meyer *et al.*, 2023; Vieira-Meyer *et al.*, 2025).

A sobreposição entre os papéis de morador, trabalhador e usuário do serviço de saúde constitui outro fator relevante. Essa condição tende a fragilizar os limites entre vida pessoal e trabalho, dificultando o distanciamento emocional das situações vivenciadas no território e favorecendo a permanência das demandas laborais no cotidiano pessoal (Costa *et al.*, 2022; Mesquita *et al.*, 2017).

A violência comunitária também aparece como elemento recorrente nos estudos analisados. Relatos de ameaças, agressões e conflitos territoriais indicam que a atuação em áreas marcadas por insegurança pública pode aumentar significativamente a exposição a riscos psicossociais. Nessas circunstâncias, o território deixa de ser apenas o espaço de atuação profissional e passa a configurar um determinante estrutural do adoecimento mental desses trabalhadores.

Impactos psicossociais e adoecimento mental

Os estudos incluídos nesta revisão evidenciam prevalências expressivas de sofrimento psíquico entre agentes comunitários de saúde. Entre os principais desfechos identificados estão transtornos mentais comuns, sintomas de ansiedade e depressão, estresse ocupacional, distúrbios do sono, fadiga persistente e síndrome de burnout.

Investigações epidemiológicas apontam que a prevalência de transtornos mentais comuns pode alcançar valores superiores a 25% em determinadas amostras de ACS, estando frequentemente associada a fatores como alta demanda psicológica, exposição a violência e insatisfação com as relações de trabalho (Alcântara; Assunção, 2016).

A pandemia de COVID-19 intensificou esse cenário ao produzir mudanças significativas na organização dos serviços de saúde. Durante o período pandêmico, os agentes comunitários passaram a desempenhar novas funções relacionadas ao monitoramento de casos, orientação da população e apoio às estratégias de vigilância em saúde. Essa ampliação das atribuições ocorreu em um contexto marcado por insegurança sanitária, medo de contaminação e reorganização dos fluxos assistenciais (Fernandes *et al.*, 2023; Vieira-Meyer *et al.*, 2023).

Os estudos indicam que, nesse período, houve aumento expressivo de sintomas ansiosos, depressivos e indicadores de estresse ocupacional. Entretanto, a análise comparativa sugere que a pandemia atuou principalmente como um fator amplificador de fragilidades estruturais já presentes na organização do trabalho na Atenção Primária. Em outras palavras, o agravamento dos indicadores de sofrimento psíquico não pode ser atribuído exclusivamente à crise sanitária, mas deve ser compreendido no interior de um contexto mais amplo de precarização do trabalho em saúde.

Outro aspecto relevante identificado nos estudos refere-se ao recorte de gênero. A categoria profissional dos agentes comunitários de saúde é composta majoritariamente por mulheres, o que implica a coexistência entre responsabilidades profissionais e tarefas domésticas e familiares. Essa dupla jornada pode intensificar a sobrecarga emocional e ampliar a vulnerabilidade ao adoecimento mental, especialmente em contextos de crise sanitária ou reorganização dos serviços de saúde (Albuquerque *et al.*, 2025).

Suporte institucional e estratégias de proteção à saúde mental

Embora a maioria dos estudos enfatiza os fatores de risco associados ao

trabalho dos ACS, algumas investigações também apontam a importância de dispositivos institucionais de suporte para a proteção da saúde mental desses trabalhadores.

Estratégias como grupos de apoio, espaços coletivos de escuta e atividades de educação permanente foram identificadas como iniciativas capazes de favorecer o compartilhamento de experiências e reduzir o isolamento emocional no ambiente de trabalho. Experiências que valorizam o cuidado coletivo e a construção de espaços protegidos de diálogo podem contribuir para o fortalecimento das redes de apoio entre trabalhadores e para a promoção do bem-estar psicológico (Silva *et al.*, 2020).

No entanto, os estudos indicam que essas estratégias ainda são pouco institucionalizadas nos serviços de saúde. Em muitos contextos, iniciativas voltadas ao cuidado da saúde mental dos trabalhadores surgem de forma pontual, sem integração estruturada às políticas de gestão do trabalho.

A insuficiência de suporte institucional aparece, portanto, como um elemento adicional na produção do sofrimento psíquico. A ausência de espaços sistemáticos de escuta, acolhimento e acompanhamento psicológico dificulta o manejo do desgaste emocional decorrente das atividades laborais, contribuindo para a cronificação do sofrimento entre esses profissionais.

Diante desse cenário, os achados da presente revisão apontam para a necessidade de fortalecimento de políticas institucionais voltadas à promoção da saúde mental no trabalho em saúde. A implementação de estratégias estruturadas de cuidado aos trabalhadores, associada à revisão dos modelos de gestão do trabalho na Atenção Primária, constitui medida fundamental para reduzir os impactos psicossociais observados entre agentes comunitários de saúde.

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Observa-se predominância de pesquisas realizadas no contexto brasileiro, o que pode limitar a generalização dos achados para outras realidades. Além disso, a heterogeneidade metodológica dos estudos incluídos e a possibilidade de viés de publicação podem influenciar a comparação entre os resultados.

Ressalta-se ainda que a busca concentrou-se em bases com maior presença de literatura latino-americana, o que pode ter restringido a inclusão de estudos internacionais. Apesar disso, a revisão permite identificar tendências relevantes sobre os impactos dos processos de trabalho na saúde mental dos agentes comunitários de saúde.

4. Considerações finais

Os resultados dessa revisão evidenciam que o adoecimento mental dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) não é um fenômeno isolado ou decorrente de fragilidades individuais, mas sim um resultado de múltiplos fatores relacionados à organização do trabalho na Atenção Primária à Saúde (APS). Os dados coletados apontam que a elevada demanda psicológica, a baixa autonomia e a cobrança por metas dissociadas da realidade dos territórios são fatores que contribuem significativamente para o desenvolvimento de transtornos mentais comuns, estresse ocupacional e síndrome de burnout.

A investigação revela que o sofrimento psíquico do ACS é agravado por uma singularidade: a sobreposição dos papéis de morador, trabalhador e usuário. Essa condição, combinada com a exposição crônica à violência e à vulnerabilidade nos territórios, fragiliza os limites entre a vida pessoal e profissional e intensifica o desgaste emocional.

A pandemia de COVID-19, embora tenha elevado os níveis de ansiedade e depressão, atuou primordialmente como um analisador das fragilidades estruturais pré-existentes, tornando visível a precarização dos vínculos e a insuficiência de apoio institucional. A persistência dos agravos mesmo após a pandemia mostra que, a crise de saúde apenas intensificou um processo de esgotamento que já estava em andamento.

Em resumo, as estratégias de cuidado coletivo e espaços de escuta, embora eficazes, ainda se apresentam de forma pontual e pouco institucionalizada. Portanto, é fundamental a implementação de políticas públicas permanentes de proteção à

saúde mental que transcendam o acolhimento individual e abordem as causas organizacionais e estruturais do trabalho. Recomenda-se que pesquisas futuras explorem o impacto de intervenções baseadas no fortalecimento de redes de apoio institucionais e na revisão dos modelos de gestão por metas na APS.

Referências

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar *et al.* Trabalho, saúde mental, qualidade de vida e suporte social de agentes comunitários de saúde durante e pós-pandemia de COVID- 19 sob o recorte de gênero. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, e00168824, 2025.

ALCÂNTARA, Marcus Alessandro de; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Influência da organização do trabalho sobre a prevalência de transtornos mentais comuns dos agentes comunitários de saúde de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 41, n. 2, p. 1-11, 2016.

BEZERRA, Jairon Leite Chaves; LUCCA, Sérgio Roberto de. Fatores psicossociais de estresse no trabalho de agentes comunitários de saúde no município de Parnaíba, Piauí. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 40, n. 1, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz. **Saúde mental dos trabalhadores dos serviços de saúde: diretrizes para formulação de políticas públicas em emergências em saúde pública**. Brasília: Ministério da Saúde; 2024. 53 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N° 1.823. **Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N° 2.436, de 21 de setembro de 2017. **Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O trabalho do agente comunitário de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

COSTA, Idária Samira da Silva *et al.* Processo de trabalho de agentes comunitários e saúde mental: percepções de trabalhadores da saúde de um município do interior do Ceará. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, e4711225520, 2022.

DEJOURS, Christopher. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**.

São Paulo: Cortez, 2015.

FERNANDES, Tatiana Fróes. Working conditions and mental health of community health workers in the COVID-19 pandemic. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 10, p. 2931-2940, out. 2023.

FERREIRA, José Nilton dos Santos *et al.* Community health workers: working conditions and occupational health. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 437-444, 2021.

LOPES, Denise Maria Quatrin *et al.* Cargas de trabalho do agente comunitário de saúde: pesquisa e assistência na perspectiva convergente-assistencial. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 27, n. 4, e3850017, 2018.

MACHADO, Maria Helena *et al.* Transformações no mundo do trabalho em saúde: os(as) trabalhadores(as) e desafios futuros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 10, p. 2773-2784, 2023.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008.

MENGUER, Lorhan da Silva *et al.* Burnout syndrome and job satisfaction in community health workers. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, São Paulo, v. 21, n. 4, 2023.

MESQUITA, Alex A. *et al.* Assédio moral: impacto sobre a saúde mental e o envolvimento com o trabalho em agentes comunitários de saúde. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 3-17, abr. 2017.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **WHO guidelines on mental health at work**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2022.

Pan American Health Organization (PAHO/WHO). *Disasters Newsletter No. 131 – The mental health of health workers during the COVID-19 pandemic*. Washington, DC: PAHO/WHO, 2021.

SANTOS, Ladine Teixeira.; SOUZA, Fernanda de Oliveira.; FREITAS, Paloma de Souza Pinho. Efeitos do Trabalho sobre o adoecimento entre agentes comunitários de saúde - uma revisão de literatura. **Revista de Atenção à Saúde: São Caetano do Sul**, v.17, n. 61, p. 105-113, 2019.

SOUZA, Marcela Tavares de Souza.; SILVA, Michelly Dias da Silva.; CARVALHO, Rachel de. Integrative review: what is it? How to do it? **Einstein** (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102-106, jan. 2010.

SILVA, Emily Eunice Dal Prá da *et al.* Suporte em saúde mental às agentes comunitárias de saúde: o espaço protegido dos grupos interativos. **Vínculo**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 46-66, dez. 2020.

SUYAMA, Eduardo Henrique Tadashi *et al.* Estresse ocupacional e sintomas osteomusculares em agentes comunitários de saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, e2992, 2022.

VIEIRA-MEYER, Anya Pimentel Gomes Fernandes *et al.* Saúde mental de agentes comunitários de saúde no contexto da COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 8, p. 2363-2376, 2023.

VIEIRA-MEYER, Anya Pimentel Gomes Fernandes *et al.* Psychosocial, organizational, and health aspects related to the labor of community health workers in the trans- and post-COVID-19 pandemic period in Brazil's Northeast Region. **BMC Global Public Health**, v. 3, n. 86, p. 1-18, 2025